

APROVADO POR UNANIMIDADE

VOTAÇÃO: UNICA

Sala das Sessões 17/11/1993

Vereador

Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA - RS.

SESSÃO ORDINÁRIA
ATA Nº 41/93

1 - No dia oito de novembro de mil, novecentos e noventa e três, na Av.
2- Arthur Oscar, 1509, a Câmara Municipal de Vereadores realizou a sua
3- 41ª Reunião Plenária Ordinária da 8ª Legislatura de Serafina Corrêa,
4- a 57ª do Período Legislativo de 1993/1996. Iniciados na forma regimen
5- tal e pela primeira v^z com a audição do Hino Nacional, os trabalhos
6- forma presididos pelo Ver. Nestor Magon e secretariados pelo Ver. Ar-
7- naldo Luiz Pacassa. Presenças dos Vereadores: Francisco Crema, Osmar
8- Vallar, Francisco mezzomo e Henri Perin, do PFL; José Meneguzzi, Pea-
9- dro Fozza e Lídio Oldoni, do PMDB; Arnaldo Luiz Pacassa, do PPR, e Nes-
10- tor Magon, do PTB. Sequência dos trabalhos: - Leitura da Ata nº 40/93,
11- da sessão ordinária anterior, aprovada por unanimidade, com adendo
12- do Ver. Pacassa fazendo constar que o Projeto-de-lei nº 85/93 rece-
13- beu Pedido de Vistas do próprio e o Projeto-de-Lei nº 86/93, do Ver.
14- Meneguzzi.- Projeto-de-Lei nº 31/93, que teve mantido Pedido de Vistas.
15- A respeito deste projeto, o Sr. Presidente comunicou ao Plenário que,
16- ainda em junho, solicitou ao Executivo e ao Promotor Público fosse ela-
17- borada a homologação de ACORDO. Informou, também, que em audiência com
18- o Chefe do Poder Executivo, este lhe afirmou que o Promotor Público exi-
19- gia a transcrição do Acordo com a homologação dos Vereadores presentes
20- na ocasião, mas, o Termo de Acordo continha o nome de todos os Vereaa-
21- dores, sendo que uns deles não presenciaram o acordo havido entre Pro-
22- motor Público, Prefeito e Presidente da Câmara. Lembrou que no ensejo
23- do acordo já advertira que o orçamento da Câmara era totalmente neces-
24- sário para o exercício de 1993 e que se dispunha a repassar ao Execu-
25- tivo os valores do orçamento que sobrassem, mas, o Promotor Público fora
26- iludido pelas alegações do Prefeito e forçou o Acordo. Reforçou a sua afir-
27- mação, comunicando que o orçamento da Câmara já está gasto e que há ne-
28- cessidade de suplementação à Câmara, para satisfazer seus compromissos
29- e encargos. Falou ao Plenário que segundo a União de Vereadores do Rio
30- Grande do Sul-UGRS, seria uma inconveniência assinar este acordo nesta
31- data, repassando recursos do orçamento ao Executivo, quando é insufici-
32- ente para a Câmara Municipal. Prosseguindo, criticou o projeto de orça-
33- mento para o Exercício de 1994, para o qual foram propostos reajustes
34- de 19.900% e, segundo sua opinião o reajuste não deveria ultrapassar
35- 2.500%. Informou que os outros municípios aplicam este reajuste de 2.500%.
36- Após várias colocações de todos os Vereadores, o Ver. Pacassa sugeriu
37- que o Executivo retire o Projeto nº 31/93, já que é de origem executiva.
38- Projeto-de-Lei Nº 85/93, que recebeu emenda substitutiva do próprio Exe-
39- cutivo, alterando a denominação da creche a ser criada, por sugestão
40- dos Vereadores Crema e Pacassa, passando a designar-se "Nostri Bambini"
41- em substituição à designação inicial "Piccoli Bambini". Submetido à dis-
42- cussão e à deliberação, foi aprovado por unanimidade. Projeto-de-Lei
43- Nº 86/93, que teve mantido Pedido de Vistas pelo Ver. Meneguzzi.-----

44-Projeto-de-lei nº 87/93, queteve mantido Pedido de Vistas pelo Vereador Meneguzzi- Projeto de Lei nº 89/93(L1), que "ALTERA A DENOMINAÇÃO DA AVENIDA ARTHUR OSCAR PARA AVENIDA PREFEITO AMANTINO LUCINDO MON- 46-TANARI," tendo sido mantido Pedido de Vistas. - Projeto-de-lei nº 47- 48-91/93 que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A SUBVENCIOANR A FUNDAÇÃO SERA- 49-FINENSE DE CULTURA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR. " O projeto recebeu crí- 50-ticas pelas múltiplas suplementações ocorridas, sem justificativa apa- 51-rente, pois, a Fundação está reecebendo dez Valores de Referência do / 52-Município, em novembro valor equivalente a CR\$ 95.834,10, e, par a agri- 53-cultura sempre não há verbas, estando o setor primário abandonado.--- 54-Projeto-de-Lei nº 93/93 que "INSTITUI O FUNDO DE APOSENATDORIA DO SER 55-VIDOR -FAS- E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" que, será apreciado em futuras / 56-sessões. - Projeto-de-lei nº 94/93 que"DISPÕE SOBRE EXPLORAÇÃO DE TÁ- 57-XI - UTILITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS," tendo sua apreciação adia- 58-da. - ANTEPROJETO DE LEI nº 11/93 que "DISPÕE DE ADENDA AO ART. 7º, // 59-item 3, DA LEI MUNICIPAL Nº 1148/92-ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICI- 60-PAL", tendo, igualmente, ficado prafuturas sessões. - PEDIDO DE PROVI- 61-DÊNCIAS, do Ver. Meneguzzi, o qual sollicita ao Presidente da Câmara 62-Municipal PROVIDÊNCIAS para estabelecer Reuniões da Câmara em locais 63-diferentes", tendo sido aprovado por unanimidade. O autor defendeu o 64-Pedido, afirmando que a respeito do Poder Legislativo o povo está de- 65-sinformado quanto às suas atribuições e competências e seria uma opor- 66-tundidade de esclarecer a opinião pública quanto ao papel da Câmara e 67-tomar conhecimento do trabalho desenvolvido pela Câmara. Queixou-se da 68-pouca assistência às sessões da Câmara pelo povo. Sugeriu que as ses- 69-sões sejam feitas nos bairros e nas comunidades do interior. O Ver. Pe- 70-rin sugeriu alterar o artigo 1º da Lei orgânica do município, propondo 71-que seja inserido parágrafo, estabelecendo locais para as reuniões da 72-Câmara. O Pedido foi aprovado por unanimidade. CORRESPONDÊNCIAS RECEBI- 73-DAS: Foram lidas diversas correspondências recebidas de Depuatdos e 74-outros. O Ver. Perin informou que entregou ao Sargento Comandante lo- 75-cal da Brigada Militar uma cópia do Projeto de Lei aprovado pela Assem- 76-bléia Legislativa, alterando o artigo 13 da Lei nº 9.519/92, do Dep. Es- 77-tadual Sérgio Moraes, o qual versa sobre roçada de capoeiras. -Foram 78-também, lidas correspondências remetidas pelo Padre Ivo Antônio Pretto 79-ao Presiente da Câmara e ouvida gravação do pronunciamento feito Presi- 80-dente da Câmara, na Rádio Rosário, em 30.10.93. Todos os Vereadores / 81-presentes, de todos os partidos, concordaram que, não pronunciamento do 82-Sr. Presidente do dia 30.10.93, na Rádio Rosário, não houve "palavras 83-ofensivas e ataques desrespeitosos que desprestigiam a comunidade se- 84-rafinense." Todos concordaram que naquele pronunciamento somente foram 85-feitas reivindicações de melhores salários para os servidores municipais, 86-mais recursos para a saúde, melhor e maior remuneração para os Profes- 87-sores, agentes da educação. O Ver. Pacassa defendeu no Plenário que o 89-Sr. Presidente não errou, não ofendeu nem fez provocações e estranhou 90-o diretor da Rádio Rosário ter tomado absurda atitude de silenciar o 91-Poder Legislativo, tirando-lhe, assim, o direito de vez e voz. Reafir- 92-mou que escutou várias vezes a gravação do pronunciamento e não perce- 93-beu ofensas e ataques desrespeitosos. O Ver. Meneguzzi expôs que os / 94-Vereadores têm obrigação de fiscalizar, contestar, denunciar e explicar 95-ao Povo os atos administrativos porque o Legislativo também faz parte 96-da administração pública, onde deve haver harmonia e autonomia. Recor- 97-dou que estamos numa democracia e que a ditadura acabou. O Ver. Crema 98-colocou que a defesa do legislativo em favor de um índice maior de re- 99-ajuste cria expectativa de salário maior para os servidores e que o Po- 100-der Público não pode dar. O Ver. Fozza relatou que o Sr. Prefeito di- 101-se de público, por ocasião da visita do ministro da Previdência Soci- 102-al, Depuatdo Antônio Britto, que o valor dispendido pelo INSS-Intitu- 103-to Nacional de Seguridade Social- em Serafina Corrêa, num montante de 104-superior a CR\$ 22.000.000,00, representava mais que três vezes o valor



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA - RS.

105-da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal de Serafina Corrêa,
106-e conclui: onde está a justificativa de que o Município de Serafina
107-Corrêa gasta mais dos 65% que a lei permite em pagamento de pessoal,
108-se arrecada mais de 20.000.000,00 e gasta só CR\$ 7.000.000,00 com /
109-pessoal? Pediu mais transparência. O Sr. Presidente reafirmou que
110-jamais ofendeu ou desrespeitou o Poder Executivo, ao que o Ver. Perin
111-retrucou que seguidamente o Sr. Presidente, na Câmara Municipal, re-
112-fere-se ao Chefe do Executivo com palavras provocativas. O Sr. Presi-
113-dente continuou, criticando o empreguismo praticado pelo Sr. Prefeito
114-e criticou a sua inércia administrativa, pois não há obras em anda-
115-mento, não há melhorias de serviços, nada está sendo realizado pela
116-municipalidade. Pediu, em nome do Legislativo, aplaudir o que for rea-
117-lizado, mas, que haja realizações. O Ver. Fozza lembrou que o Sr. Pre-
118-feito, em várias oportunidades, pois o programa foi reprisado, fez//
119-provocações, nomeou pessoa ligada à pessoa do ex-Prefeito Gheller e
120-pedi que o povo desse desprezo a esta pessoa, e, no entanto, os res-
121-ponsáveis pela Rádio Rosário nada fizeram, não censuraram. Estranhou
122-a atitude absurda assumida contra a Câmara Municipal pelo Padre Ivo
123-Antônio Pretto, que, subjetivamente julgando, silenciou o Poder legis-
124-lativo de Serafina Corrêa, tirando-lhe o direito de opinar, de fis-
125-calizar e denunciar. Enfim, qual o papel do Poder Legislativo? Tudo
126-será permitido para alguém e ninguém poderá contestar. O Ver. Mezzomo
127-lembrou que a atual administração tem os encargos de cobrança de im-
128-postos em Dívida Ativa, o que causa desgaste e alto ônus. O Sr. Presi-
129-dente denunciou que foi a atual administração quem orientou de não pa-
130-gar impostos na administração passada e por isto muitos contribuintes
131-estavam em Dívida Ativa e pediu que fosse apreendido o montante da Dí-
132-vida Ativa de 1989 e de 1992. Prosseguindo, o Sr. Presidente informou
133-ao plenário que, a respeito da Escola Estadual do Bairro Santin, o Sr.
134-Prefeito fez projeto de reforma para a referida escola, que está em
135-andamento e que não fazia sentido pedir recursos para reformas se a
136-obra estava em andamento. Afirmou que é por isto que a escola não está
137-concluída e com ameaça de se iniciar o ano letivo de 1994 sem o prédio
138-concluído. Quanto ao projeto-de-lei do orçamento para 1994, pediu que
139-fosse formada uma comissão pelos líderes dos partidos e fosse formula-
140-do Parecer até o dia 15 de novembro. O Ver. Perin inquiriu a posição
141-do problema do Sr. Verginio Invernizzi quanto à indenização a que tem
142-direito pela área de terra ocupada por escola municipal. Foi informa-
143-do pelo líder do PFL, Ver. Crema, de que, no momento, não há verba
144-orçamentária, e o Ver. Pacassa comunicou ao Plenário que o Sr. Iver-
145-nizzi contratou advogado e vai responsabilizar o Município pelo que
146-lhe deve e pelos estragos feitos em sua lavoura com a lavragem de um
147-mandiocal. A sessão foi encerrada na forma regimental. E, de que, pa-
148-ra constar, foi determinada a lavratura da presente Ata que vai assi-
149-nada pelo Presidente e pelo Secretário.

VER. ARNALDO L. PACASSA
1º Secretário

VER. NESTOR MAGON
Presidente